

Administração Provisória da Justiça

Parte I: Justiça Criminal na República Livre do Liberquistão

- 1.Os delitos criminais na República Livre do Liberquistão são julgados no Tribunal Criminal.
- 2.O Presidente da República Livre do Liberquistão, em nome do Comitê Preparatório, nomeia uma pessoa para ser o juiz do Tribunal Criminal.
- 3.O Presidente da República Livre do Liberquistão, em nome do Comitê Preparatório, nomeia uma pessoa para ser o Promotor Chefe que processa os crimes na República Livre do Liberquistão.
- 4.Os recursos do Tribunal Criminal são ouvidos no Supremo Tribunal, onde o veredicto pode ser confirmado ou anulado.
- 5.O Presidente da República Livre do Liberquistão, em nome do Comitê Preparatório, nomeia uma pessoa para ser o Juiz do Supremo Tribunal.
- 6.Qualquer pessoa nomeada de acordo com esta Parte permanecerá independente do Presidente e do Comitê preparatório.
- 7.Qualquer nomeação feita de acordo com esta Parte pode ser rescindida pelo Presidente a qualquer momento.
- 8.Qualquer nomeação feita de acordo com esta Parte expirará 30 dias após a primeira Eleição Geral.

Parte II: Disposições gerais

- 1.Cada pessoa é criminalmente responsável de acordo com sua idade e capacidade mental em comparação com uma pessoa média da mesma idade.

2.Sujeito às disposições deste Código relativas à jurisdição de tribunais específicos, os seguintes tipos de sentenças podem ser impostas por um tribunal a pessoas condenadas por crimes sob este Código:

- A uma. Prisão,
- B. restituição financeira,
- C. trabalho comunitário,
- D. extradição.

3.As penas listadas no artigo 3º podem ser cobradas separadamente ou em conjunto, dependendo do senso de justiça do Juiz e da gravidade do crime cometido. O Juiz especifica a duração e a natureza da prisão ou trabalho comunitário e o valor a ser pago como multa ou indenização ou restituição à vítima.

4.O Juiz ordena a extradição quando o país de origem do réu reconhece a autoridade do Tribunal.

5.O Juiz ordena prisão em lugar de extradição apenas quando o país de origem do réu não reconhece a autoridade do Tribunal ou onde o réu pode ser submetido a tortura ou outros tratamentos desumanos.

6.A pessoa condenada por cometer um delito pode ser acusada de prisão se cometer o delito repetidamente.

7.Uma pessoa que procura, assiste ou tenta cometer um crime deve ser acusada como se tivesse cometido o crime específico. A(s) pena(s) será(ão) adequada(s) de acordo com sua contribuição para o crime.

Parte III: Direitos do réu

1.Nenhuma pessoa será condenada, sentenciada ou presa sem o devido processo legal.

2.Nenhuma pessoa será condenada e sentenciada sem a possibilidade de apelar.

- 3.O réu tem direito a um julgamento rápido e público.
- 4.O arguido tem o direito de ser informado das acusações criminais.
- 5.O arguido tem o direito de confrontar as testemunhas e de obrigar as testemunhas a comparecer em tribunal.
- 6.O arguido tem direito à assistência gratuita de um advogado, se for caso disso.
- 7.O réu tem o direito de ser presumido inocente até prova em contrário.
- 8.O réu tem o direito de não ser obrigado a testemunhar contra si mesmo.
- 9.O réu tem o direito de informar a família sobre a detenção.
- 10.O arguido tem direito a ser prestado os serviços de um intérprete se não falar a língua em que o processo penal é conduzido.

Parte IV: Ofensas Criminais

Crimes

Assassinato

- 1.Definição: Assassinato é a morte de outra pessoa com a intenção de causar danos corporais
- 2.Sentença: A. ou D.

Homicídio culposo

- 1.Definição: Homicídio culposo é a morte accidental de outra pessoa resultante de um ato classificado como outra ofensa criminal de acordo com este Código, além de infligir danos corporais ou por negligência.
- 2.Sentença: A. ou D.

Fraude

1.Definição: Fraude é enganar deliberadamente outra pessoa para garantir ganhos injustos ou ilegais.

2.Sentença: A. ou D. e B.

Roubo

1.Definição: Roubo é a apropriação de bens de outra pessoa singular e/ou colectiva sem consentimento, com a intenção de mantê-los, sabendo que não lhe pertence ou sendo negligente quanto a isso.

2.Sentença: B. ou c.

Falsa Prisão

1.Definição: Prisão falsa é restringir substancialmente a liberdade de movimento de outra pessoa com uso da força ou ameaça de uso da força.

2.Sentença: A. ou D.

Roubo

1.Definição: Roubo é a invasão de propriedade de outra pessoa singular e/ou colectiva para efeitos de prática de um ato classificado como outra infracção penal nos termos deste Código.

2.Sentença: A. ou D. e B.

Roubo

1.Definição: Roubo é a apropriação de bens de outra pessoa singular e/ou colectiva sem consentimento, com a intenção de mantê-los, e com o uso da força ou ameaça, sabendo que não lhe pertence ou sendo negligente quanto a isso.

2.Sentença: A. ou D. e B.

Suborno

1.Definição: Suborno é oferecer uma recompensa por um serviço sem pagamento, a qualquer agente da Administração Pública.

2.Sentença: C. e B.

Aceitando Suborno

1.Definição: Aceitar Suborno é aceitar uma recompensa ou intenção dela e/ou exigir uma recompensa de qualquer agente da Administração Pública em troca de um serviço onde não seja exigido pagamento.

2.Sentença: A. ou D.

Estupro

1.Definição: Estupro é ter uma relação sexual ou qualquer outra atividade sexual com outra pessoa sem o seu consentimento.

2.Sentença: A. ou D.

Pedofilia

1.Definição: Pedofilia é ter relação sexual com uma pessoa menor de 14 anos; ou filmar qualquer pessoa menor de 18 anos durante sua relação sexual ou qualquer outra atividade sexual; ou aliciar qualquer pessoa menor de 18 anos para se envolver em prostituição.

2.Sentença: A. ou D.

Sequestro

1.Definição: Sequestro é apropriar-se intencionalmente da propriedade de outrem com a finalidade de cometer um ato classificado como outra infração penal de acordo com este Código.

2.Sentença: A. ou D.

Contravenção

Estragos à propriedade

- 1.Definição: Dano à propriedade é causar dano à propriedade de outra pessoa física e/ou jurídica com intenção ou por negligência.
- 2.Sentença: C. e B.

Assalto

- 1.Definição: Infligir lesão corporal é infligir lesão corporal, física ou psicológica, a outra pessoa, com intenção ou por negligência.
- 2.Sentença: C. e B.

Crueldade com animais

- 1.Definição: Crueldade com os animais é infligir dano corporal a qualquer animal, excedendo os limites da disciplina, com o objetivo de causar sofrimento a esse animal, com intenção ou negligência.
- 2.Sentença: C.

Perturbação da ordem pública

- 1.Definição: Inconveniente público é comportar-se de maneira que interfira nos direitos de outras pessoas de usar e/ou desfrutar do espaço público.
- 2.Sentença: C.

Ambiente poluente

- 1.Definição: O meio ambiente poluente está causando poluição das áreas verdes, água, ar, solo, incluindo subterrâneos, da República Livre do Liberquistão.
- 2.Sentença: C.

Descumprimento de ordem judicial

1.Definição: Desrespeitar uma ordem judicial é agir com dolo ou negligência de uma forma que equivale à violação de uma ordem judicial que afete o arguido.

2.Sentença: C.

Perjúrio

1.Definição: Perjúrio é dar um testemunho em um tribunal, sob juramento, que é falso com intenção de fazê-lo ou devido a negligência.

2.Sentença: C. e B.

Parte V: Procedimentos

Antes do julgamento

1.Uma pessoa acusada de cometer qualquer um dos delitos só é processada se a vítima consentir; pessoa acusada de qualquer um dos crimes deve ser processada.

2.Uma pessoa acusada de cometer qualquer um dos delitos não será processada se concordar em deixar imediatamente o território da República Livre do Liberquistão e não voltar.

3.Uma pessoa suspeita de cometer um ou mais dos crimes listados na Parte IV pode ser detida pelos Xerifes por não mais de 12 horas, a menos que o Mandado seja emitido pelo Juiz do Tribunal Criminal, se for plausível que ele ou ela tentar escapar ou adulterar ou destruir provas.

4.O Juiz do Tribunal Criminal pode expedir o Mandado a pedido do Procurador-Geral, se considerar que as provas apresentadas dão fundamentos sólidos para a possibilidade de condenação no processo penal.

5.O Procurador-Geral pode requerer ao Juiz do Tribunal Criminal que emita o Mandado de detenção do arguido se tiver conhecimento de

provas que justifiquem uma eventual condenação futura do arguido no Tribunal Penal.

6.O Juiz pode expedir mandado de prisão com ou sem possibilidade de fiança.

7.O arguido é indiciado pelo Procurador-Geral e levado perante o Juiz do Tribunal Criminal se o Procurador-Geral considerar que as provas são suficientes para garantir a condenação e que existe um forte interesse público na potencial condenação.

Tentativas

1.O réu no Tribunal Criminal se declara 'culpado' ou 'não culpado'.

2.O Juiz do Tribunal Criminal examina as provas apresentadas pelo Procurador-Geral e pelo arguido, incluindo os depoimentos das testemunhas convocadas pelas partes, e as defesas (caso existam) apresentadas pelo arguido.

3.As provas apresentadas por nenhuma das partes não podem ser obtidas por meio de tortura, tratamento desumano ou qualquer forma de pressão física ou psicológica.

4.O Juiz pondera a credibilidade, relevância e força das provas apresentadas e dá o veredicto de 'culpado' ou 'inocente' de acordo com a lei e o senso pessoal de justiça.

5.O Juiz determina a pena tendo em conta todas as circunstâncias atenuantes e/ou agravantes da prática da infracção.

6.O Juiz condena o réu conforme previsto na Parte II e na Parte IV.

7.O arguido condenado no Tribunal Penal pode recorrer da sentença ou da sentença para o Supremo Tribunal.

8.As testemunhas convocadas por qualquer das partes no processo penal devem comparecer no Tribunal, prestar juramento e testemunhar a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade.

9.Em caso de recurso da sentença, o Juiz do Tribunal Supremo examina novamente as provas apresentadas pelo Procurador-Geral e pelo arguido e confirma ou anula a sentença proferida no Tribunal Penal.

10.Em caso de recurso da sentença, o Ministro do STF examina novamente as circunstâncias em que o delito foi cometido e confirma a sentença ou impõe outras sentenças que considere mais adequadas.

11.O veredicto e a sentença proferidos no Supremo Tribunal são definitivos.

Execução

24.Os Xerifes da República Livre do Liberquistão são responsáveis por garantir que o veredicto do Tribunal seja cumprido.